

Á Unidade Regional Colegiada Sul de Minas do
Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam

Referência: Relato de Vista relativo ao processo administrativo Vicente de Paula Altino - Passos/MG.

1) Relatório:

O referido processo foi pautado para a 175ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Sul de Minas (URC SM), realizada em 03/07/2023, na oportunidade houve solicitação de vista pela FAEMG.

Trata-se de pedido de reconsideração da decisão que indeferiu o processo de intervenção ambiental para obtenção de autorização para o corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas, em área de 2,27 hectares.

A propriedade rural em questão possui aptidão agrícola para o desenvolvimento de cafeicultura. Conforme o Cadastro Ambiental Rural o imóvel possui área total de 8,0606 ha sendo destes 5,48 ha de vegetação preservada. (68% do imóvel encontra-se preservado).

O produtor rural de boa-fé ciente da necessidade de atendimento a legislação e normas vigentes contratou empresa técnica especializada para atendimento aos requisitos da Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 3.102, de 26 de outubro de 2021 para elaboração do Projeto de Intervenção Ambiental – PIA.

O objetivo do PIA é obter a autorização de intervenção ambiental para Corte e aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas em área antrópica consolidada de pastagem, para uso alternativo do solo com a implantação de plantio de café.

O estudo apresenta informações técnicas obtidas em campo que subsidiaram o pedido, sendo elas: Diagnóstico Socioambiental do empreendimento; Delimitação da área diretamente afetada pela intervenção ambiental; Caracterização do meio biótico do empreendimento; Caracterização do meio abiótico do empreendimento; Hidrografia; Topografia; Inconsistências Ambientais; Caracterização socioeconômica do empreendimento; Técnica a ser usada na intervenção ambiental; Cronograma de execução; Estudos de Flora; Inventário Florestal a 100% (Censo Florestal); Estudos de Fauna; Análise dos Impactos Ambientais e Referências.

O órgão ambiental ao realizar a vistoria identificou algumas árvores suprimidas, lavrou auto de infração e indeferiu o pedido alegando o descumprimento do art. 4º da Resolução Conjunta SEMAD/IEF Nº 3102 DE 26/10/2021, a saber:

“Art. 4º A autorização para intervenção ambiental deverá ser requerida por empreendimento, ainda que englobe mais de uma matrícula ou imóvel, quando solicitada pelos mesmos proprietários ou empreendedores.

§ 1º O requerimento para intervenção ambiental deverá contemplar, sempre que possível, todas as modalidades de intervenção pretendidas para o imóvel ou empreendimento”

Entendemos que uma o produtor foi autuado pelas supressões (05 a 10 indivíduos) porém não existe óbice para a obtenção da autorização de supressão.

Com a situação identificada em vistoria o órgão ambiental poderia ter solicitado informações complementares para adequação do projeto de intervenção.

“Art. 19 – Poderão ser solicitadas informações complementares pelo órgão ambiental, que serão comunicadas ao empreendedor em sua completude, uma única vez, ressalvadas aquelas decorrentes de fatos supervenientes verificados pela equipe técnica e devidamente justificados nos autos do requerimento de intervenção ambiental.” (Decreto 47.749/2019).

Outro motivo alegado foi que na porção sul do imóvel possuía um bosque de árvores não podendo ser enquadradas como árvores isoladas. Foi evidenciado pelo requerente que tratavam-se de árvores isoladas.

Art. 2º Para efeitos deste decreto considera-se:

IV - árvores isoladas nativas: aquelas situadas em área antropizada, que apresentam mais de 2 m (dois metros) de altura e diâmetro do caule à altura do peito - DAP maior ou igual a 5,0 cm (cinco centímetros), cujas copas ou partes aéreas não estejam em contato entre si ou, quando agrupadas, suas copas superpostas ou contíguas não ultrapassem 0,2 hectare; (Decreto 47.749/2019).

O produtor foi devidamente autuado não podendo ser penalizado pelo indeferimento do pedido de supressão. Pretende regularizar os cortes e conseguir a autorização do restante da área afim de desenvolver a atividade de cafeicultura.

Devemos avaliar o caso em que o produtor buscou cumprir todos os complexos estudos exigidos e que deveria ser incentivado a regularização.

Desta forma conforme razões recursais alegadas entendemos ser adequado o deferimento parcial do pedido juntamente com a proposta de recuperação de área como condicionante da autorização de intervenção.

2) Das Considerações Finais:

Diante do exposto, entendemos pelo acatamento do pedido de deferimento parcial da solicitação, juntamente com a proposta de recuperação de área como condicionante do ato autorizativo nos seguintes termos:

Nova área requerida: 1,92 ha

Novo número de indivíduos isolados

Área a ser recuperada: 0,3486 ha

Rendimento Lenhoso: 9,6283 m³

Belo Horizonte, 03 de agosto de 2023.

É o parecer.

Caio Sérgio Santos Oliveira

Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais



IMAGEM: GOOGLE EARTH – GRAU DE PRESERVAÇÃO DO IMÓVEL RURAL